

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2020

Dispõe sobre os requisitos a serem observados para a indicação, pelo Governo brasileiro, de cidadãos brasileiros, natos ou naturalizados, para a ocupação de cargos de direção em organismos multilaterais de que o Brasil faça parte.

Autores: Deputados CARLOS ZARATTINI E OUTROS

Relator: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

I - RELATÓRIO

Apresentada em conjunto pela bancada do Partido dos Trabalhadores, a proposição em apreço pretende disciplinar a indicação, pelo governo brasileiro, de candidatos à ocupação de cargos de direção em organismos multilaterais em que o Brasil consta como integrante. Além do estabelecimento de diversos requisitos a serem exigidos dos postulantes, determina-se que a indicação seja aprovada pelo Senado Federal.

A matéria foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania, com apreciação conclusiva pelas comissões.

Encerrado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas destinadas a alterá-lo.



II - VOTO DO RELATOR

Sem dúvida, uma importante atuação do Estado Brasileiro é na ocupação de cargos em organismos multilaterais decorrente de acordos ou tratados internacionais de que o Brasil faça parte, seja por meio de participação no seu capital, seja em decorrência de adesão aprovada pelo Congresso Nacional.

Assim, o propósito deste Projeto de Lei, segundo os nobres autores, consiste em evitar que os cargos contemplados no projeto “sejam usados como ‘prêmio’ ou meios de acomodação de quem mereça o ‘favor’ governamental, apenas e somente em função de critérios de interesse político ou conveniência de autoridades detentoras do poder de indicação”.

A despeito de inegavelmente meritória, a proposição deve ser aprimorada para que seja acolhida por este colegiado. É prudente que os requisitos estabelecidos pelos autores sejam adequados, pois podem conduzir a desnecessárias dificuldades no provimento das funções alcançadas, o que pode ocasionar lacunas demoradas na expedição do ato e prejuízos severos à atuação do país em suas relações multilaterais.

Foi este o pressuposto que levou à elaboração de substitutivo à matéria em análise. Sem prejuízo de se garantirem as condições suficientes para que a designação recaia sobre pessoas habilitadas, são amenizados os excessos contidos na proposição de que trata o presente parecer.

À luz do exposto, vota-se pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.464, de 2020, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
Relator



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2020

Estabelece requisitos a serem observados na indicação de cidadãos brasileiros pelo Governo brasileiro para postos em organismos multilaterais de que o país faça parte que não sejam privativos de membros da carreira diplomática, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A indicação de cidadãos brasileiros pelo Governo brasileiro para postos em organismos multilaterais de que o país faça parte que não sejam privativos de membros da carreira diplomática será disciplinada por esta Lei.

Art. 2º São requisitos a serem observados pelos cidadãos sobre os quais recaia a indicação de que trata o art. 1º:

I - reputação ilibada;

II - formação acadêmica compatível com as atribuições a serem exercidas;

III - cinco anos de experiência, no setor público ou privado, em atividade conexa, ou de cargo de docente ou de pesquisador na área de atuação abrangida pelo organismo multilateral;

IV - prévia aprovação da indicação pelo Senado Federal.

Art. 3º Não se aplica o disposto nesta Lei a indicações que já tenham sido efetivadas até a data de sua publicação, ainda que não tenha ocorrido a posse do indicado.



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215187502400>

